

HABEAS CORPUS Nº 548.662 - PR (2019/0357110-6)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : MARCOS HENRIQUE PASCOALINI BASILIO
ADVOGADO : MARCOS HENRIQUE PASCOALINI BASILIO - PR038542
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : MARCOS VINICIOS RUSSI PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ATO CONCRETO QUE POSSA CAUSAR, DIRETA OU INDIRETAMENTE, IMINENTE PERIGO OU RESTRIÇÃO À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. IMPOSSIBILIDADE DE INFERIR QUE O PACIENTE SOFRERÁ CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REMÉDIO HERÓICO: VIA PROCESSUAL DESTINADA A TUTELAR APENAS IMEDIATO CONSTRANGIMENTO ILEGAL AO DIREITO DE LIBERDADE. IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DA IMPETRAÇÃO. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA LIMINARMENTE.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS VINICIOS RUSSI PEREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná na Apelação Criminal n.º 1.383.461-6,

Consta dos autos que, no dia 08/10/2014, o Paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, sanções descritas no art. 33, § 1.º, inciso, I e art. 35, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, em concurso material, à pena de 13 (treze) anos, em regime inicial fechado, e pagamento de 1.675 (mil seiscentos e setenta e cinco) dias-multa.

Foi-lhe vedado o apelo em liberdade.

O Tribunal *a quo* deu parcial provimento ao recurso do Paciente para readequar a pena imposta no crime de tráfico de drogas, fixando a reprimenda em 11 (onze) anos e 9 (nove) meses e 1.550 (mil, quinhentos e cinquenta) dias-multa, bem como prover o pedido de restituição do bem apreendido.

Superior Tribunal de Justiça

O recurso especial interposto pela Defesa do Paciente teve seu seguimento negado em 19/04/2018.

Afirma o Impetrante que o Paciente foi preso cautelarmente no início da operação policial, foi encarcerado durante aproximadamente um ano, contudo, em 20/10/2011 pagou fiança e recebeu liberdade provisória. Sustenta que o Apenado sofre iminente coação à sua liberdade de locomoção, pois com o encerramento da instância ordinária poderá vir a ser preso.

Aduz que (fls. 25-26):

"diante deste raciocínio lógico-jurídico, mister se faz e se requer Excelência, que o paciente seja agraciado com o manter da sua liberdade, eis que, a se formar o trânsito em julgado do processo, o mesmo, ao atual entendimento legal, está a sofrer IMINENTE e INJUSTAMENTE coação à sua liberdade de ir e vir, pelo que se requer, portanto:

1) Liminar para a Suspensão da Execução do Cumprimento da Pena, até o julgamento do presente recurso;

2) A conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direito;

Alternativamente:

3) A se manter a pena privativa de liberdade, seja o regime inicial adotado ao cumprimento o aberto.

4) Por fim, o manter da liberdade, mediante uso de tornozeleira eletrônica.

5) O julgamento, ao final, totalmente procedente do presente remédio constitucional, concedendo ao paciente o que de mais valor lhe é: sua liberdade, quer por conversão da pena privativa de liberdade em restritivas de direito, levando-se em consideração a sua primariedade e bons antecedentes; que por adotar o regime inicial ao cumprimento da pena o aberto; e/ou por fim, pelo uso de tornozeleira eletrônica."

É o relatório. Decido.

De início, vislumbro não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, diante da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos cópia das peças processuais essenciais, **notadamente qualquer manifestação das instâncias ordinárias sobre a custódia cautelar do Paciente**, o que inviabiliza a análise do constrangimento ilegal alegado.

Como se sabe, **compete à Defesa narrar e instruir completa e**

adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso).

Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 08/05/2019; e HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 08/05/2019.

Ademais, não foi apontado ato concreto que possa causar, direta ou indiretamente, iminente perigo ou restrição à liberdade de locomoção no caso, o que inviabiliza, por si só, o manejo do remédio heróico.

É cediço que "*não cabe ação de habeas corpus contra o chamado, por alguns, 'ato de hipótese'. Portanto, não há constrangimento ilegal a ser evitado ou sanado pelo presente habeas corpus, o qual se mostra manifestamente incabível*" (HC n.º 82.319/SP, 5ª Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ 12/09/2007).

No mesmo sentido, "*o habeas corpus preventivo tem cabimento quando, de fato, houver ameaça à liberdade de locomoção, isto é, sempre que fundado for o receio de o paciente ser preso ilegalmente [e] tal receio haverá de resultar de **ameaça concreta de iminente prisão***." (STJ, AgRg no HC 84.246/RS, Sexta Turma, Rel. Min. NILSON NAVES, DJ 19/12/2007; sem grifos no original.)

Em suma: a ameaça de constrangimento ao *jus libertatis* a que se refere a garantia prevista no rol dos direitos fundamentais (art. 5º, LXVIII, da Constituição da República) há de se constituir **objetivamente**, de forma iminente e plausível, e **não hipoteticamente, como parece ser a hipótese dos autos**.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora